

Live ANFIP: debate expõe problemas da regressividade do sistema tributário brasileiro



REFORMA TRIBUTÁRIA NO CONGRESSO - ANDAMENTO E EXPECTATIVAS



As propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso Nacional foram o tema da Live - Série ANFIP de quarta-feira (13/5), realizada pela ANFIP em parceria com a Agência Servidor. O debate on-line contou com participação do deputado federal Mauro Benevides Filho (PDT/CE).

O presidente Décio Bruno Lopes, ao dar início às exposições, lembrou que, atualmente, duas propostas sobre reforma tributária têm mais atenção no Congresso, a PEC 45/2019, em discussão na Câmara dos Deputados, e a PEC 110/2020, sob análise do Senado Federal. “Temos hoje um sistema regressivo, que aprofunda a desigualdade de renda e social no país. Como podemos diminuir essa regressividade? A simplificação e a atenuação da regressividade do sistema são pontos que não podem ser esquecidos em uma reforma tributária”, destacou Décio Lopes.

Para o deputado Mauro Benevides, apenas simplificar não resolve os problemas do sistema de impostos do Brasil. “Eu tenho uma visão um pouco diferente. Reforma tributária

não pode se ater a uma simplificação. Compreendo a complexidade que isso representa. Estamos há 30 anos no Congresso falando que vai ter reforma tributária. A carga tributária brasileira impacta muito mais no consumo, onde as pessoas de baixa renda gastam mais. Temos que avançar para o imposto de renda e para o imposto de propriedade”, pontuou.

O parlamentar explicou que as propostas em tramitação, tanto a PEC 45/19 quanto a PEC 110/19, ao criar o imposto único (IVA), não enfrentam as desigualdades aprofundadas pelo sistema tributário. “Cuidado com essa história de que vai ter apenas uma alíquota. Será que uma pessoa que ganha salário mínimo vai aguentar uma alíquota de 27,5%?”, enfatizou, ao explicar que as medidas unificam os impostos atuais, mas não reduzem os percentuais das alíquotas.

Para mostrar o quão injusto é o modelo de tributação brasileiro, o deputado Benevides deu o seguinte exemplo: “Quando você vai comprar um carro, você precisa pagar os tributos. Se compra um

helicóptero ou barco, o imposto é zero. Quando recebemos os nossos salários, pagamos imposto de renda. Agora, quando vai distribuir lucros e dividendos, é zero imposto. Conheço gente que vai receber R\$ 1 milhão de dividendos e vai pagar zero imposto. Tem alguma coisa estranha no nosso sistema tributário”.

Como funciona a regressividade

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, também participou do debate virtual e concordou que o grande problema do Brasil é o sistema tributário extremamente regressivo. “A carga tributária é uma parte do PIB [Produto Interno Bruto] que fica com o Estado brasileiro. E a maior parte da carga tributária incide sobre o consumo. Se alguém que ganha R\$ 2 mil vai comprar um bem que custa R\$ 1 mil, essa pessoa vai ter uma carga tributária de 50%. Agora, se alguém que ganha R\$ 20 mil vai comprar esse mesmo bem, ela vai ter uma carga tributária de 5%. Isso é uma tributação regressiva e tem que ser mudada”, explicou.

Continua na Próxima Página

Ajuizada ADI contra mudanças no Carf
Página 2

Seminário intensifica debate eleitoral
Página 4

Aproveite os descontos do seu Clube de Vantagens
Página 6

Ele ainda criticou que as PECs 45/19 e 110/19 unificam tributos, virando um só, mas somam tudo num IVA para manter a atual carga tributária. Em contrapartida, ressaltou o Auditor Fiscal, existe também a PEC 128/2019, do deputado Luis Miranda (DEM/DF), que promove mudanças no sentido de reduzir os impostos sobre o consumo e aumentar a tributação sobre a renda e os lucros; além de uma outra proposta, apresentada por partidos da oposição ao governo, dentre eles o PDT, que contém vários pontos defendidos pelo grupo da Reforma Tributária Solidária para tornar o sistema mais justo, como defende a ANFIP.

No mesmo sentido, o presidente da ANFIP-CE, Estadual do Ceará, Gilson Menezes, afirmou que as

propostas de reforma tributária em tramitação no Parlamento não atendem as necessidades nem da Administração Tributária nem dos contribuintes. E destacou que a reforma tributária necessária precisa “trazer uma redistribuição da carga tributária, fazendo com que as pessoas mais necessitadas, com renda menor, sejam aliviadas dessa carga tributária”.

Também participou como convidado o presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), Celio Fernando de Souza Silva, que reforçou que a reforma do sistema tributário deve ser de interesse de todos, pois “mexe diretamente no bolso de todos os brasileiros, que devem estar antenados

com o que está se debatendo”. “Uma reforma tributária deveria discutir todas as formas de tributação que nós temos no país hoje. Essa crise [de coronavírus] está mostrando o grande erro quando colocamos a maior parte do tributo sobre o consumo”, disse. E acrescentou que “a posição dos municípios é que o tributo sobre serviços deve ser mantido, não deve ser unificado com nenhum tributo novo. Aceitamos discutir, desde que os municípios não sofram perdas e mantenham a autonomia legislativa e tributária”.

A série de debates é transmitida toda quarta-feira, às 10 horas, pelos canais do Facebook e Youtube tanto da ANFIP quanto da Agência Servidor. Os internautas podem enviar perguntas aos participantes durante a live.

ANFIP ajuíza ADI no Supremo contra voto de desempate no Carf

AANFIP ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira (8/5), Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), com pedido de medida cautelar, para que seja declarada a inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020. O texto instituiu novo critério para

o desempate de julgamentos ocorridos no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Assim, a ADI proposta pela Associação visa à inconstitucionalidade formal do referido artigo, pois não foi respeitado o rito próprio pertinente às

Medidas Provisórias. Além disso, no aspecto material, a inconstitucionalidade resta configurada por suprimir o voto de qualidade no âmbito do processo administrativo de determinação e exigência do crédito tributário nos julgamentos realizados no Carf.

Conselho Executivo da ANFIP realiza reunião por videoconferência



Os integrantes do Conselho Executivo da ANFIP realizaram nova videoconferência, na quinta-feira (14/5), para dar continuidade às discussões da reunião ordinária ocorrida de 27 a 30 de abril.

Como alguns pontos ficaram pendentes, os conselheiros da Entidade voltaram a debater os itens da pauta a fim de concluir as deliberações que, dentre os assuntos, se referem à prestação de contas, execução orçamentária e implementação de sugestões contidas no planejamento estratégico da Entidade.

Expediente Linha Direta

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedicto Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Taynara Aires e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIO
Manina Rodrigues
Thayná Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedicto Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfip_



www.facebook.com/anfipnacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

Entidades analisam impactos do PLP 39/19, que congela salário dos servidores

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 39/2019 foi o principal item da pauta da Assembleia Geral do Fonacate realizada na terça-feira (12/5), por videoconferência. A ANFIP esteve presente, sendo representada pelo presidente Décio Bruno Lopes e pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

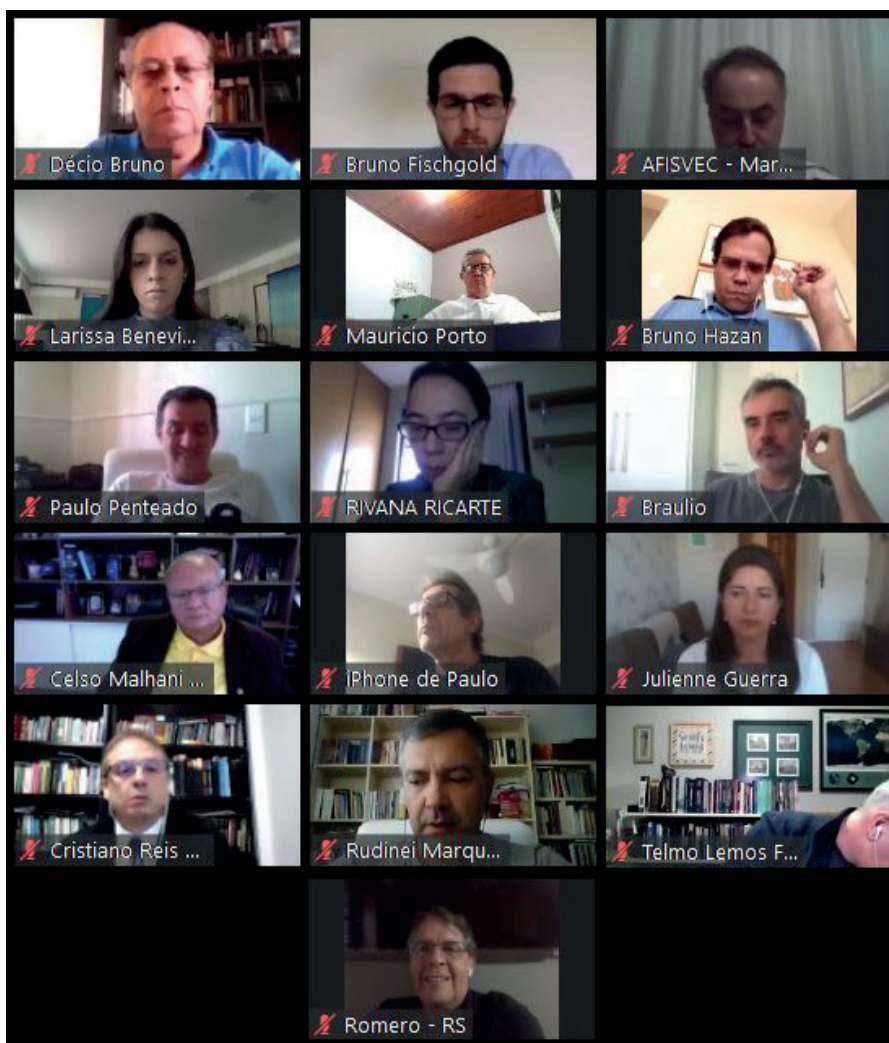
O PLP trata do socorro emergencial aos entes federados em decorrência da pandemia da Covid-19 e prevê, dentre outros dispositivos, o congelamento de salários dos servidores públicos pelos próximos anos.

Dois artigos afetam diretamente os servidores, o 7º e o 8º. O artigo 7º altera a Lei de Responsabilidade Fiscal e impede aumento de despesa com pessoal. “Preocupa a impossibilidade de concessão de reajuste de forma parcelada, inclusive a que acontece entre trocas de governo. Isso aconteceu no último reajuste, de 2017 a 2019. Tem-se agora uma vedação expressa”, explicou a assessora jurídica do Fonacate, Larissa Benevides, que estava acompanhada do também assessor Bruno Fischgold.

Já o artigo 8º traz, até dezembro de 2021, diversas vedações ao regime jurídico dos servidores públicos. O inciso I veda qualquer forma de aumento salarial e o IX diz que não computa o tempo de serviço como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos que aumentem despesa com pessoal. A advogada explicou que o inciso não menciona promoção e progressão. “Para os servidores estruturados em carreiras, as progressões e promoções estão resguardadas”, avaliou.

O presidente do Fórum, Rudinei Marques, lembrou que o próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, em declaração feita em uma live, garantiu que as progressões e promoções seriam mantidas tanto para os servidores públicos quanto para os militares, porém até mesmo a recomposição inflacionária estaria proibida.

De acordo com Larissa Benevides, o projeto sofre de vícios de iniciativa e é possível a judicialização, logo após a sanção pelo presidente da República, prevista para esta semana.



O presidente Décio Lopes questionou os advogados sobre qual impacto a atuação das entidades teria em uma futura atuação do governo. “Estamos preocupados ainda com a diminuição da remuneração, assim como com a redução do quadro funcional e o aumento de contribuições para quem já está aposentado”, observou sobre outras proposições em tramitação.

Décio Lopes, que também representa o Fonacate no Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS), falou ainda sobre a consulta pública que está aberta, no site da Previdência Social, para receber sugestões para a criação da nova resolução de aplicação dos recursos dos regimes próprios. Após o término da consulta pública, na sexta-feira (15/5), serão convocados todos os conselheiros para discutirem a resolução escolhida pelo Conselho Monetário Nacional.

Webinar – Visando à retomada do debate sobre o fortalecimento do serviço público, o Fonacate realizará no próximo dia 27 de maio, das 14h30 às 17h, o debate “O serviço público e os direitos fundamentais”.

O webinar (conferência on-line) será transmitido pelo canal do Fonacate no YouTube e na página do Fórum no Facebook. Durante a assembleia, as entidades afiliadas debaterão sugestões de palestrantes.

Durante a transmissão também será lançado o livro “Erosão de direitos: reformas neoliberais e assédio institucional”. Para o presidente Rudinei, “o momento ressalta a importância do serviço público para combater a atual crise sanitária e econômica, mas o que temos visto são ataques reiterados ao funcionalismo. Então, cabe ao Fonacate elevar o nível desta discussão”.

ANFIP acompanha debate eleitoral em seminário on-line



O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) promoveu de terça a quinta-feira (12 a 14/5) o Seminário On-line Eleições 2020. Os debates destacaram temas como a participação feminina, o combate à corrupção e o uso da tecnologia e a desinformação nas eleições. Representaram a ANFIP, entidade que também compõe o MCCE, o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

O evento contou com participação do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e um dos signatários do projeto Pacto pela Vida e pelo Brasil, Dom Walmor Oliveira de Azevedo. “Esse seminário traz uma reflexão importante para o país, sobretudo quando falamos na participação efetiva das mulheres na política, devemos incentivar para que tenhamos mais qualidade na política brasileira”.

No primeiro painel da conferência virtual, um dos temas de maior

repercussão pública: a Lei da Ficha Limpa. Na oportunidade, Márlon Reis, que é co-fundador do MCCE e um dos redatores do texto da Lei da Ficha Limpa, apresentou de forma geral a primeira década da Lei. “Extraímos novos conceitos e contextos políticos, mudanças que beneficiaram o sistema político e a sociedade. Jamais podemos retroceder”.

Na avaliação do vice-presidente Executivo da ANFIP, Márcio Gheller, as entidades precisam acompanhar os debates eleitorais uma vez que a democracia tem sofrido ataques constantes. “O objetivo aqui é o de manter a construção contínua do sistema político brasileiro, assegurando a liberdade do eleitor, e o de trabalhar em todo o tempo contra a corrupção e a favor dos brasileiros”.

O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, parabenizou a iniciativa do MCCE em um momento delicado por que passa o Brasil. “O eleitorado brasileiro, o sistema político-partidário também mergulhou nesse túnel da incerteza decorrente da pandemia.

Com isso, o webinar nos traz luzes sobre algo extremamente importante para a cidadania”, afirmou Romero.

Tecnologia – Na sequência de debates, o MCCE colocou em pauta o que vale na pré-campanha e a tecnologia e integridade eleitoral. O professor de Combate aos Crimes Cibernéticos José Helano Matos Nogueira falou sobre os novos produtos, serviços e relações jurídicas no âmbito eleitoral. “Com todo esse aparato tecnológico é importante o monitoramento por parte de todos nós”.

Desinformação – No terceiro painel do evento discutiu-se a “prestação de contas de campanha: transparência e integridade” e a análise dos “mecanismos contra a desinformação nas eleições”. Thiago Rondon, fundador do AppCívico e co-diretor no Instituto Tecnologia & Equidade, apontou que a definição mais objetiva de desinformação é “a distribuição intencional de conteúdo inexato e manipulado”.

A última mesa de debates trouxe como tema a “prestação de contas de campanha: transparência e integridade”. “Quando se fala em transparência e corrupção, a prestação de contas eleitorais é um fator chave que precisa ser visto com cautela. Uma coisa é certa, a democracia tem custo”, defendeu a advogada especialista em Direito Eleitoral Marina Almeida de Moraes.

O vice-presidente Executivo da ANFIP avaliou que nos três dias de evento foram expostas diversas pautas relevantes sobre o funcionamento e as perspectivas das eleições municipais em 2020. Márcio Gheller sugeriu, ainda, que os conteúdos discutidos no seminário devem ser compartilhados com a sociedade.

NOS ESTADOS

ANFIP-SP mantém suspensão de atividades até 31 de maio



A Estadual da ANFIP em São Paulo, ANFIP-SP, comunica que, diante da prorrogação da quarentena até o dia 31 de maio, anunciada pelo governo do estado, os atendimentos presenciais da entidade

continuam suspensos e os trabalhos permanecem em regime de home office.

Em caso de dúvidas, entre em contato:

– Financeiro: jane@anfip-sp.org.br (Funcionamento: 8h às 17h)

– Atendimento: sonhely@anfip-sp.org.br (Funcionamento: 9h às 18h)

– Jurídico: juridico@anfip-sp.org.br (Funcionamento: 9h às 18h)

– Secretaria: contato@anfip-sp.org.br (Funcionamento: 9h às 18h)

– Cadastro: cadastro@anfip-sp.org.br (Funcionamento: 9h às 18h)

Para falar diretamente com o presidente da ANFIP-SP, Genésio Denardi, entre em contato pelo e-mail genesio@anfip-sp.org.br ou pelo telefone (11) 97488-7744.

Dieese analisa as relações de trabalho em tempos de pandemia

Em conferência on-line realizada na quarta-feira (13/5), o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) debateu “Mercado de trabalho, desigualdade e o desenvolvimento brasileiro”. O objetivo foi levantar ideias que permitam abrir caminhos para uma sociedade menos desigual e mais justa. A ANFIP acompanhou a transmissão.

A professora Magda Barros Biavaschi, uma das debatedoras, falou sobre o atual cenário da saúde brasileira e o impacto do coronavírus na estrutura institucional. “A coronacrise fragilizou nossos arranjos institucionais”, disse. No pós-pandemia, segundo ela, a sociedade terá condições mais desfavoráveis que agora. Magda Barros apresentou alguns dados da PNAD-Contínua, de janeiro a março, que mostram que a população ocupada diminuiu. “Estamos com 92 milhões brasileiros ocupados. A população fora da força de trabalho é de 67 milhões. A taxa de desemprego é 12,2%, o que representa mais de 12 milhões de pessoas. É assim que a pandemia encontra o nosso mercado de trabalho. É dramático”, declarou.

Também participando como



debatedor, o professor Luiz Gonzaga Belluzo avaliou a atual crise econômica e, principalmente, a política. Para o professor, o que governa atualmente é o objetivo de fazer com que o setor privado tenha melhores condições de tocar a economia. Nesse sentido, ele avaliou as mudanças no mercado de trabalho, principalmente com o surgimento das plataformas on-line, em que a relação de trabalho é precária. “Esse é um fenômeno universal”, disse. Somado a isso, acrescentou, veio a pandemia e se “torna importante avaliar o que acontecerá depois”.

O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, acompanhou o debate e questionou os participantes sobre como contrapor o Estado mínimo e o Estado de

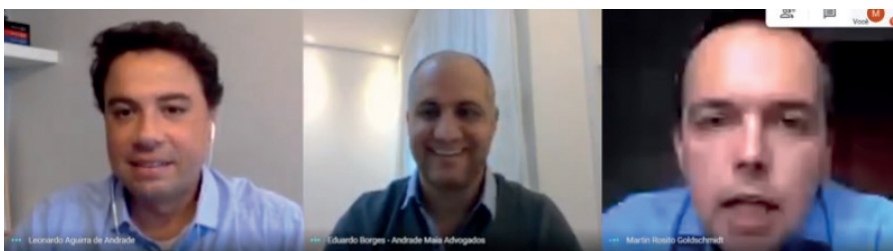
bem-estar social necessário para o período após a crise do coronavírus e como será o Estado após a pandemia. Para o assessor, este debate é fundamental de ser feito por toda a sociedade, principalmente porque este momento agravou ainda mais as desigualdades sociais.

Belluzo, ao responder os questionamentos, afirmou que a pandemia revelou a fragilidade da economia neoliberal. “Vamos ter um momento difícil de reconstrução. A crise é profunda e grave”, disse. Para o professor, há um risco grande de se ter uma saída ruim se não houver uma política de Estado e uma ação incisiva para proteger o rendimento da população. Entretanto, para ele, é possível adotar mecanismos para evitar isso.

ANFIP participa de webinar “Grandes Temas Tributários em Pauta”

Aconteceu nesta quarta-feira (13/5) a terceira edição do seminário on-line “Grandes Temas Tributários em Pauta”, promovido pelo escritório Andrade Maia Advogados. Representando a ANFIP, acompanhou o evento o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero.

A abertura do painel foi realizada pelo sócio administrador do escritório, Fábio Goldschmidt, que falou sobre a Emenda Constitucional (EC) 33/01, que fixou novas bases de cálculo às contribuições de intervenção ao domínio econômico e as consequências que ela teve no ordenamento jurídico tributário, em especial no que diz respeito à revogação de uma série de contribuições chamadas “contribuições para terceiros”. Segundo o palestrante, as novas contribuições caem diretamente no cofre da União e se tornam muito atrativas do ponto de vista da arrecadação, em sua opinião foi uma tentativa de pautar o legislador e limitar



novamente o poder impositivo. “Foi uma tentativa de emprestar coerência e emprestar a definição do sistema constitucional tributário como um sistema tradicional e fechado”, disse.

O segundo tema do seminário foi abordado por Leonardo Andrade, que também é sócio do escritório. Leonardo comentou sobre a tese do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que diz que se essas contribuições forem constitucionais, devem ter uma base de cálculo reduzida a 20 salários mínimos. Segundo o palestrante, a tese está baseada no artigo 4º da Lei nº 6.950/81, pois ela prevê que

existe um limite para as contribuições destinadas a terceiros.

O sócio Eduardo Borges, terceiro e último palestrante, falou sobre a tese da não incidência do imposto de renda sobre a correção monetária de aplicações financeiras. Segundo Eduardo é uma tese para preservar o que já é de propriedade do contribuinte. “Nós discutimos que a correção monetária das aplicações financeiras não pode ser tributada, sob pena de, ao se tributar, violar o artigo 43 do Código Tributário Nacional, que diz que o que é tributado são apenas os acréscimos patrimoniais”, acrescentou.

Consultor avalia efeitos da pandemia no serviço público

O tema “Auditores Fiscais e os efeitos da Covid-19: aspectos políticos e econômicos no Brasil” foi apresentado durante webinar realizado na quarta-feira (13/5). O evento contou com a participação do analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto Queiroz (Toninho), também consultor parlamentar da ANFIP.

No contexto apresentado pelo especialista, os efeitos da pandemia do novo coronavírus para os servidores públicos, bem como para a sociedade, são drásticos. Toninho destacou o aumento do teletrabalho que trouxe, de imediato, menor arrecadação aos cofres públicos. “Ademais, os servidores enfrentam uma das conjunturas mais adversas dos últimos 40 anos. Começamos

pela recente reforma da Previdência e agora o congelamento salarial, além da ameaça de cobrança extraordinária dos regimes próprios e o conturbado Plano Mais Brasil, que autoriza uma série de prejuízos aos servidores”, lembra.

Para ele, o papel da administração tributária neste momento é fundamental para o país. “O governo precisa equilibrar as contas e um novo desenho tributário pede urgência. A unidade de ação por parte dos Auditores Fiscais vai fazer a diferença, pois o governo depende dessa carreira. Ao lado disso, as entidades sindicais, associativas e representativas, que tanto lutam por seus representantes, devem permanecer aliadas para o fortalecimento do serviço público e da sociedade”, apontou Toninho.

O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson

Antonio Romero, acompanhou o webinar e destacou que a crise sanitária trará mudanças radicais na economia e no comportamento da sociedade. “Com o crescimento do teletrabalho e a vertiginosa digitalização de serviços privados e públicos, dificilmente voltaremos ao status anterior a março de 2020 em todos os setores. Isto traz forte preocupação e necessidade de novos caminhos para alavancarmos a economia do país. Nesse sentido, devemos reforçar que as carreiras do fisco se uniram logo no início da crise sanitária na elaboração e apresentação de um conjunto de propostas que constitui 10 medidas tributárias que podem ser aliadas a esse novo momento”, destacou Romero.

O webinar promovido pela Unafisco Nacional foi conduzido pelo presidente da entidade, Mauro Silva.

BENEFÍCIOS

Aproveite os descontos exclusivos da Chevrolet no Mês das Mães

Associado, a Chevrolet, parceira do Clube de Vantagens ANFIP, está com promoções imperdíveis no Mês das Mães. Aproveite os descontos e bônus

especiais e surpreenda quem você ama com um 0 km! As promoções também são válidas para parentes de 1º grau (pais, filhos e cônjuge).

Para mais informações, acesse www.amigoschevrolet.com.br ou entre em contato pelos telefones de atendimento (11) 4550-4179 e (11) 4550-4178.

Artigos esportivos com até 60% de desconto

O Clube de Vantagens ANFIP preparou descontos especiais para que você, associado,

possa se exercitar sem sair de casa. Acesse agora o site: www.anfip.temvantagens.com.br

e confira as melhores marcas de artigos esportivos on-line com entrega em todo o país.

Concorra a uma Nespresso no clube de vantagens

O Clube de Vantagens ANFIP vai sortear uma cafeteira Nespresso para os associados que ativarem o cadastro na plataforma até as 14 horas do dia 29 de maio.

Quem já ativou o cadastro também pode concorrer, é só atualizar seus dados.

E o melhor, você também pode

indicar um amigo para conferir os benefícios do ANFIP Tem+Vantagens! A plataforma disponibilizou o acesso gratuito por 48h para que as pessoas que ainda não são associadas conheçam e utilizem, durante esse período, diversos serviços do clube de vantagens. Se seu amigo se associar, pronto! Já estará

concorrendo também e poderá aproveitar descontos exclusivos em produtos e serviços de diversos seguimentos.

Acesse o site, ANFIP Tem + Vantagens, clique no botão “indique um amigo”, preencha os dados e clique em enviar. Um link de acesso será enviado à pessoa cadastrada.

Lives todas as quartas-feiras

A ANFIP, conectada à era digital, inova mais uma vez. Toda quarta-feira tem conteúdo especial para você conferir na Live - Série ANFIP. Em parceria com a Agência

Servidores, moderação do jornalista Sergio Lerrer, Auditores Fiscais apresentam análises, debates e propostas para o fortalecimento da carreira fiscal e da sociedade.

Convidados especiais reforçam a importância dos temas em pauta. Anote em sua agenda, toda quarta-feira, às 10h, com transmissão pelo canal da ANFIP no YouTube e pela página no Facebook.